

ATA DA 13ª. REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – CMDRSS

Data: 14/03/2019

Horário: 10 horas

Local: Avenida São João, 473 – 5º. Andar

Participantes: Michele Dalla Fontana, FSP/USP; Fabiano A. Moreira, FSP/USP; Ana Maria Bertolini, FSP/USP; André Biazoti, MUDA_SP; Luccas Longo, SVMA; Michele Fernanda, SMTUR; Flávia Bigai, CATI; Laércio Lima, SMDET; Renato Nunes, SIMA; Cristina Jabbour, SMDET; Patrícia Marra Sepe, SMDU; Fernanda Ascar, SPTURIS; Andrés Luzzi de Campos, Polis/Ação da Cidadania; Hélio de Oliveira, SMSUB; Juliana Hernandes Antunes, DPGA; Roseli Allemann, SVMA; Maria Lúcia Bellenzani, CMSP; Aurélio Costa, SMDET.

Pautas

Abrindo a reunião foi informado para os presentes o resultado da votação da assembleia ordinária que aprovou a extensão do mandato da atual gestão do Conselho até outubro de 2019, da mesma forma que restou claro ser desnecessária a fixação do novo prazo dos atuais mandatários através de portaria específica. Maria Lúcia levantou a questão de se atualizar a lista dos atuais conselheiros como condição necessária para se iniciar o processo eleitoral o mais breve possível, a partir da publicação do Edital de Chamamento, devidamente avalizado pela Procuradoria Jurídica da SMDET. André manifestou sua preocupação com o prazo para a consecução das medidas que acompanharão as ações desse processo; ações que serão desenvolvidas com a participação ativa dos representantes da sociedade civil, por intermédio de audiências públicas; foi sugerida a confecção de um cronograma dessas ações.

André também lembrou os trabalhos que estão sendo conduzidos para a elaboração do Plano Rural, cuja aprovação é fundamental para o atendimento das demandas na área de atuação do Conselho. Em seguida foi colocada a necessidade de se publicar o Regimento interno do CMDRSS, como forma de dar visibilidade aos procedimentos que são seguidos na gestão do Conselho. André continuou com a palavra para resgatar o tema, já discutido pelo CMDRSS, da modificação do Decreto que regula a participação dos

representantes do Poder Público e da sociedade civil, hoje paritária e com a presidência sendo exclusiva por um membro da municipalidade, para a mesma relação que rege o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN, onde a sociedade civil detém dois terços das cadeiras no Conselho, com a indicação compulsória de seu presidente. Para o retorno das tratativas da alteração na representatividade do CMDRSS, foi sugerida a formação de um grupo de trabalho para discutir e elaborar uma minuta que será submetida ao pleno do Conselho, com a devida aprovação jurídica.

André deixou clara a permanência de sua preocupação com a reestruturação conduzida pelo Poder Público, pedindo detalhes sobre a mudança do CMDRSS para a esfera da Secretaria das Subprefeituras. Aurélio voltou a explicar que o corpo administrativo do Conselho continuará exercendo suas funções, independente da mudança que está sendo implementada.

Informes foram feitos com relação ao 3º. Colóquio Internacional no Recife sobre mulheres na agricultura, no início de abril. Foi apresentado o resultado do encontro com mulheres na Vila Nova Esperança/Jardim Damasceno, em 16 de fevereiro. Flávia falou sobre a alteração da CATI, em momento de transição. Patrícia comentou sobre o grupo de mulheres de Marsilac e seu trabalho com hortas. Renato informou sobre o trabalho conjunto que será levado a efeito pela Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente na confecção de um cadastro rural extensivo, que considere o equilíbrio do binômio agricultura e meio ambiente.